







ESTADO DO PARANÁ

DISCURSO  
PROFERIDO NA DISCUSSÃO

Orçamento do Orçamento

Em sessão de 22 de Junho de 1882

PELO DR.

CAMPOS SALLES

Impresso e publicado pelo Typographo da  
Provincia de S. Paulo



M. T. A. L. S.  
TYPGRAPHIA DA PROVINCIA

—1882—

ASSEMBLÉA GERAL

---

DISCURSO  
PROFERIDO NA DISCUSSÃO

—DA—

Prorogação do orçamento

*Em sessão de 11 de Junho de 1885*

PELO DR.

**CAMPOS SALLES**

(Deputado republicano pelo 7º districto da  
provincia de S. Paulo)



**S. PAULO**

TYPOGRAPHIA DA «PROVINCIA»

—1885—



**O sr. Campos Salles.** (*movimento de attenção*):—Sr. presidente, a Camara ha de permittir que eu me prevaleça da primeira opporlunidade que se me apresenta, na conformidade dos estylos, para entrar em considerações geraes de ordem politica.

Os meus adversarios, que representam os dous partidos monarchicos e que têm tido bastante tempo para fazer o mais amplo uso desta faculdade, devem ouvir, ao menos com tolerancia, as expansões de um partido que tem estado sempre afastado desta tribuna.

Sr. presidente, o paiz já conhece a posição dos deputados republicanos nesta Camara. Já declaramos, com a lealdade que devemos aos nossos adversarios, que não ha pontos de approximação, nem linhas de afinidade entre nós e aquelles que aqui representam o principio monarchico.

Somos da opposição radical, porque o nosso pensamento politico, a nossa aspiração é a transformação completa do systema, é a reorganisação politica do paiz.

O SR. PRUDENTE DE MORAES: Apoiado.

O SR. CAMPOS SALLES:— Neste ponto de vista é claro que nos achamos igualmente distantes, tanto daquelles que se intitula'n liberaes, como daquelles que se chamam conservadores. Esta ha de ser, sr. presidente, a nossa posição em frente destes dous partidos, emquanto elles por sua conducta mostrarem que convêm, tacita ou explicitamente, em que neste paiz a razão do Estado seja a vontade imperial.

O SR. PRUDENTE DE MORAES:— Muito bem!

O SR. CAMPOS SALLES:— Sr. presidente, que esta é infelizmente a attitudo dos partidos monarchicos em presença da Corôa, attitudo censuravel e inconveniente, porque é a attitudo das fraquezas e das humilhações...

O SR. MAC-DOWELL:— Não apoiado.

O SR. CAMPOS SALLES:— ... ainda ha pouco confirmou o nobre presidente do conselho, quando, ao apresentar a esta Camara o seu gabinete, disse que todo o desvio da Corôa é devido aos partidos politicos e aos seus chefes.

Desde logo se me afigurou da maxima importancia esta declaração do nobre presidente do conselho para o julgamento do regimen monarchico do nosso paiz, porque della se podem tirar duas conclusões, cada qual a mais grave e do maior alcance.

O SR. LOURENÇO DE ALBUQUERQUE:—Mas nenhuma contra o regimen.

O SR. CAMPOS SALLES:—Mostraréi mais tarde que é contra o regimen. O nobre deputado espere a deducção de minhas idéas e ha de ver que este facto depõe contra o regimen. (A partes).

A proposição do nobre presidente do conselho foi esta: todo o desvio da Corôa é devido aos partidos e seus chefes. (Não apoiados). E' o que está no seu discurso. E desta declaração deduzo, como disse, duas conclusões: 1.ª, que a Corôa tem praticado desvios (Não apoiados)...

O SR. ILDEFONSO DE ARAÚJO:—Ele disse—si a Corôa tem praticado desvios. Fallou hypotheticamente.

O SR. CAMPOS SALLES:—... que os partidos monarchicos em vez de se levantarem com altivez e energia, impedidos pelo sentimento do patriotismo, e pelo amor à liberdade para impedirem os excessos da Corôa, e para obrigar a a manter-se nos limites da legalidade, ao contrario tem a certidão perante o paiz a cumplicidade das faltas commettidas pela Corôa. (Não apoiados e a partes).

O SR. PRUDENTE DE MORAES:—A proposição do nobre presidente do conselho, si não tem valor excepcional de ser produzida, não por um

ex-ministro de estado, mas por aquelle que ainda é o presidente do conselho de ministros, não é a unica entretanto, porque antes de s. ex. já estadistas notaveis, chefes importantes dos dous partidos monarchicos tinham denunciado a existencia dessa anomalia no governo do nosso paiz.

O SR. JOÃO PENIDO :—Quando fóra do poder.

O SR. CAMPOS SALLES :—Mas o nobre presidente do conselho a fez quando no poder.

O SR. ILDEFONSO DE ARAUJO :—A proposição do nobre presidente do conselho é hypothetica. (*Ha outros apartes*).

O SR. CAMPOS SALLES .—A proposição do nobre presidente do conselho é positiva (*não apoiados e apartes*), não é condicional.

O SR. ILDEFONSO DE ARAUJO :—Si havia desvios—disse s. ex. (*Ha outros apartes*).

O SR. CAMPOS SALLES :—O nobre presidente do conselho, confirmando a sua proposição, declarou que como jornalista e deputado tinha por vezes censurado o absolutismo da Corôa, e que esse absolutismo se dava, porque não havia liberdade no eleitorado. A Corôa estava de posse do poder absoluto, confirmou s. ex., por falta de verdadeiras eleições

Mas, acrescentou : hoje não existe mais ; hoje não passa de uma ballela o poder pes-

soal. Porque ? Porque a reforma eleitoral, o nosso regimen de eleições actual extinguiu, annullou, no conceito de s. ex., o poder pessoal. (*Apoiados*).

Portanto, s. ex. confirmou que antes da reforma eleitoral houve excesso de autoridade, houve abuso de poder por parte da Corôa. A sua proposição foi positiva e não condicional, (*Cruzam-se diversos apartes*).

Na ultima sessão da legislatura passada o sr. Ferreira Vianna, cuja competencia e autoridade ninguem pôde contestar, disse daquella tribuna que não julgava compativel com a dignidade humana a posição de deputado no governo de uma só vontade, porque era incontestavel a influencia indebita e exagerada do Imperador nos negocios do Estado: e accrescentou—que já havia perdido a esperanza de ver essa influencia combatida por uma resistencia bem combinada por parte dos partidos politicos, porque conhecia quanto tinha sido longo e paciente o trabalho do principe usurpador para enfraquecer os partidos e abater os seus chefes.

Nesse momento, quando o sr. Ferreira Vianna dizia que fazia essa declaração com a sua unica responsabilidade individual, ouviu-se um aparte do nobre representante pela provincia do Rio de Janeiro, o sr. An-

drade Figueira, dizendo—*póde associar também a minha.*

E ouviram-se igualmente vozes de toda a bancada conservadora, dizendo—*e póde associar também a responsabilidade de toda a opposição.*

O SR. MÂNOEL PORTELLA :—E protestos também da bancada conservadora em sentido contrario.

O SR. CAMPOS SALLES :—Não existem protestos de ninguem nos Annaes e eu refiro o que encontrei nos Annaes.

Portanto, já não foi só um deputado, aliás da maior autoridade; mas foi todo o partido conservador, que pelos seus representantes nesta Camara denunciou, uniformemente, o crime de abuso do poder praticado por aquelle que se diz o supremo magistrado da nação! (*contestações*). Antes disso já o paiz conhecia a celebre phrase de Euzebio de Queiroz, que ainda ha poucos dias foi reproduzida nesta casa : *não se póde ser ministro duas vezes neste paiz.*

O SR. RATISBONA :—Estas palavras não se acham escriptas.

O SR. CAMPOS SALLES :—Ninguem as contestou ainda e têm sido registradas como verdadeiras. E quem não vê nestas palavras, enérgica expansão de uma consciencia honesta, bém assinalada a incompatibilidade

que existe entre os bríos do cidadão e as tendências corruptoras do poder usurpador ?

Em 1848, o senador Paula Souza, gloria da minha provincia e do paiz (*apoiados*), depois de ter abandonado o seu ministerio, cheio de preocupações pelo futuro da patria, porque tinha perdido a esperanza de ver constituido um bom governo, dizia na intimidade da familia e dos amigos—*ha lá em cima alguma cousa pôdre.*

Assim o honrado paulista, já naquelle tempo, quando pôde-se dizer que apenas iniciava-se o segundo reinado, denunciava que existia lá em cima alguma cousa que contaminava ou podia contaminar os caracteres que se lhe approximassem.

O SR. RATISBONA dá um aparte.

O SR. CAMPOS SALLES :—E, como acaba de dizer o nobre deputado, representante do Ceará, posteriormente Zacarias de Vasconcellos, depois de ter deixado o ministerio de 3 de Agosto e cedendo a um movimento de indignação, declarou no Senado que nunca mais seria ministro neste paiz.

Ora, sr. presidente, diante destes testemunhos de tanta valia, porque são todos insuspeitos, porque são produzidos pelos mais fervorosos adeptos do regimen monarchico, eu não posso deixar de acreditar que realmente

existe um poder malefico e corruptor que destróe as forças progressivas do paiz.

E o que têm feito os partidos monarchicos para nullificar a acção perniciosa deste poder, senão para destruil-o totalmente?

O SR. PADUA ELRURY :—Fizeram uma lei para que v. ex. pudesse dizer isso aqui.

O SR. CAMPOS SALLES :—Eu hei de mostrar a v. ex. que essa lei não é uma garantia de liberdade, porque não defende nem preserva de um modo efficaz e seguro a soberania popular.

O SR. ILDEFONSO DE ARAUJO :—Não apoia-o.

O SR. DIOGO DE VASCONCELLOS dá um aparte.

O SR. CAMPOS SALLES :—Acha v. ex. que existe muita liberdade só porque se póde dizer isto? Acha v. ex. que o paiz goza de muita liberdade só porque o deputado póde profigar o poder pessoal?

O SR. DIOGO DE VASCONCELLOS :—N'uma republica v. ex. não fallaria assim. O que me admira é que o presidente da Camara consinta que se esteja examinando o 2º reinado.

O SR. PRESIDENTE :—Eu ainda não vi necessidade de chamar á ordem o orador.

O SR. RATISBONA :—Nenhum governo livre consente que se discuta a legitimidade do

seu principio. N'uma republica não se discutia.

O SR. CAMPOS SALLES:—O aparte do nobre deputado por Minas obriga-me a citar uma anedocta de Frederico, o Grande. Conta-se que Frederico o Grande, passeando um dia acompanhado de sua côrte, viu que uma multidão contemplava curiosa um objecto que estava collocado sobre um muro. Aproximou-se e viu que lia-se um cartaz onde se dizia muito mal de sua pessoa e de seu governo. Então Frederico disse a um dos de seu sequito que fizesse collocar o cartaz mais baixo, que era para que todos pudessem ler bem. Mostrando-se o cortezão admirado de ver esta tolerancia de seu soberano e hesitando, disse Frederico o Grande: «Não se admire: eu e o meu povo fizemos um pacto: elle diz de mim tudo quanto quer, e eu faço d'elle tudo quanto quero». (*Risadas*).

Eis aqui, senhores, a liberdade que os brazileiros possuem. O brazileiro pôde dizer tudo quanto quer do seu soberano, mas o soberano faz d'elle tambem tudo quanto quer. (*Risadas*)

Mas eu dizia, sr. presidente, que os partidos monarchicos, em vez de se levantarem, dirigidos pelo impulso do patriotismo e amor á liberdade, para fazer a Corôa recuar aos limites da legalidade, si é que ella existe neste

paiz, elles têm sido ao contrario, segundo a declaração feita pelo nobre presidente do conselho, transformados em instrumentos submissos nas mãos da Corôa (Não apoiados.)

OSR.ª PAULA FLEURY — Elle não disse isso.

OSR.ª CAMPOS SALLES:— Si outro motivo não houvesse, como effectivamente ha, e eu demonstrarei em tempo, bastaria este para que nós, republicanos, nos considerassemos igualmente distantes, tanto daquelles que se dizem liberaes, como daquelles que se chamam conservadores.

Mas, Sr. presidente, partido novo, em minoria no paiz, não podendo por consequencia contar com a força de que dispõe para revindicar as liberdades publicas, e realisar o seu ideal politico, que é a liberdade total, o partido republicano tem adoptado a politica da tolerancia e da concordia; ao contrario dos partidos monarchicos, que têm adoptado a politica da exclusão e da represalia.

OSR. LOURENÇO DE ALBUQUERQUE:— Não sei si teria essa politica si fosse o partido mais forte.

(Ha outros apartes.)

OSR. CAMPOS SALLES:— E' sabido, Sr. presidente, que um dos erros mais graves e de mais funestas consequencias, que têm sido praticados pelos partidos monarchicos, é o

de acceitarem no governo tudo quanto haviam repudiado na opposição, e vice versa.

Estes partidos, depois de haverem profligado com a maior energia e vehemencia os abusos e violencias, quando são victimas, mais tarde servem-se dos mesmos elementos, commettem os mesmos abusos e praticam as mesmas violencias, quando pela fortuna politica são transformados em algozes.

O SR. AUGUSTO FLEURY :— Isto se vê nas republicas.

(*Ha outros apartes* )

O SR. CAMPOS SALLES :— A nossa historia politica está cheia de factos que comprovam a minha proposição. Referirei alguns que são mais conhecidos precisamente por serem os mais significativos e frisantes.

Lembrarei que o partido liberal profligou com a maior energia as reformas de 1840 e 1841, que haviam annullado o Codigo do Processo e o Acto Adicional, estas duas bellas conquistas do liberalismo, que vieram para o corpo da nossa legislação, afim de attestar a todo tempo o espirito patriotico e francamente democratico da mallograda revolução de 1831.

Os liberaes levaram a energia dos seus protestos ao ponto de lançarem mão do recurso extremo da revolução armada. Mas, sr. presidente, dir-se-hia que nos destroços da Ven-

da Grande e de Santa Luzia, os liberaes deixaram abandonada a sua bandeira politica para enriquecer os tropheus dos vencedores.

○ SR. FELICIO DOS SANTOS :— Não tinham bandeira politica até ahi.

○ SR. CAMPOS SALLES :— V. exc. está fóra da verdade historica. Até ahi é que elles tiveram bandeira politica. Exactamente dessa epocha é que esse partido principiou a repudiar as idéas liberaes, deixando em completo abandono, e ao que parece, para sempre, tudo quanto havia antes sustentado. (*Apartes.*)

Apenas dous annos eram decorridos da proclamação revolucionaria, já o partido liberal se achava no poder.

Quando, sr. presidente, o paiz inteiro esperava que o primeiro acto desse partido fosse o de entrar franca e resolutamente na eliminação de todas essas reformas, que elle chamava as leis reaccionarias, as leis do punhal e do bacamarte, essas reformas que lhes tinham servido de grito de guerra nos campos da revolução ; quando era esta a expectativa do paiz, foi elle entretanto dolorosamente surprehendido por uma conducta exactamente contraria.

O partido liberal serviu-se das mesmas leis do bacamarte e do punhal, serviu-se de todos os abusos que antes combatera, para inau-

gurar a sua situação e assegurar a posse do poder; os instrumentos foram absolutamente os mesmos.

O SR. FELICIO DOS SANTOS :—Era questão de ministerio.

O SR. CAMPOS SALLES :—Não era tal questão de ministerio.

E, sr. presidente, quando o governo, que inaugurou a situação liberal teve de responder perante a Camara sobre os seus intuitos com relação áquellas reformas, declarou que a experiencia ainda não tinha sido sufficiente para assignalar os defeitos das leis : de modo que ainda não era tempo de revogal-as. E quando alguns deputados de S. Paulo e Minas, honra seja a estas provincias, fizeram uma interpeção mais formal ao governo, obrigando-o a declarações mais explicitas, respondeu ainda o governo, pelo órgão do seu ministro da guerra (lê) :

«Na minha opinião não considero que o paiz necessite de mais liberdade : na lei fundamental do estado estão consignados os principios de liberdade talvez mais amplamente do que seria necessario. O governo, pois, não tem por missão dar desenvolvimento a estes principios, de modo a tornal-os mais amplos, porque julga que o paiz tem tanta liberdade quanta lhe é necessaria.»

Não se póde exigir uma condemnação mais

cathegorica, mais formal do passado ; não se póde exigir uma declaração mais explicita do repudio de todas as idéas anteriores. (*Apoiados.*) Pois, se elles diziam que aquellas leis eram os poderosos instrumentos com que o governo conseguia comprimir a liberdade do voto, o que quer dizer que conseguia eliminar a soberania nacional, como é que no dominio dessas mesmas leis já o paiz gosava de tanta liberdade quanta era necessaria ?

O SR. DIOGO DE VASCONCALLOS :— Sempre houve liberdade de mais. (*Não apoiados.*)

O SR. CAMPOS SALLES :— Mas, sr. presidente, veiu uma nova situação liberal, aquella que tomou na historia a denominação de situação progressiva. O partido liberal encontrou as mesmas leis vigorando na nossa legislação, encontrou os mesmos instrumentos de compressão da liberdade, as mesmas armas com que o governo se tornava autoridade omnipotente neste paiz. Pois bem : mais uma vez o partido liberal fazendo a politica da represalia e da exclusão, usou de todos esses instrumentos e dessas armas para fazer as suas camaras unanimes.

O SR. RATISBONA :— Isto foi de todos os partidos.

O SR. CAMPOS SALLES :— Estou dizendo isto mesmo ; a politica da represalia era de ambos os partidos.

O SR. DIOGO DE VASCONCELLÔS :—Quando os republicanos organizarem maiorias é que ha de haver outra vez camaras unanimes.

O SR. CAMPOS SALLES :—Um factô mais recente.—Quando o partido liberal deixou o poder, fechando seu 2.º quinquennio com a mesma esterilidade com que havia fechado o primeiro, lá ficou em vigor a celebre instituição da guarda nacional, contra a qual se havia batido com tanta energia, com a maior tenacidade.

E os liberaes tinham razão, sr. presidente, porque por mim eu declaro : não conheço que houvesse na nossa legislação arma mais poderosa do que aquella para impedir a livre manifestação do voto. Pois bem, quando...

UM SR. DEPUTADO :—Havia o recrutamento.

O SR. CAMPOS SALLES :—O recrutamento a policia da lei de 3 de Dezembro, e a guarda nacional eram a formidável trindade de que se servia o governo para supprimir totalmente a liberdade do voto. (A partes.) A guarda nacional não era a arma mais fraca.

Sr. presidente, como eu dizia, em 1878, quando o partido liberal subiu ao poder, não encontrou senão as ruinas desta instituição, porque effectivamente ella estava morta. Mas, o partido liberal, com uma prespicacia admiravel, com uma observação profunda, pôde ver no fundo destas ruinas alguma cou-

sa da velha instituição, que ainda podia servir para a obra partidaria. Descobriu que, se ella não servia mais como arma de compressão, todavia podia ser ainda uma arma poderosa, como elemento de corrupção. E effectivamente nós todos vimos como os governos liberaes encheram desde logo o paiz de coroneis e tambem de ridiculo. (*Apoiados e riso.*)

Sr. presidente, eu ouvi neste momento ao meu lado um aparte de censura, increpando-se-me de estar eu demasiadamente severo para com os liberaes.

Não vejo que haja motivo para semelhante estranheza. Não me julgo com direito de pedir contas ao partido conservador nem de censurar a sua conducta, porque, se elle se immobiliza, se elle não quer o progresso, se elle não quer a liberdade, está no seu papel. (*Apoiados e não apoiados.*) Mas o partido liberal, não; o partido liberal tomou perante o paiz o compromisso de desenvolver o principio da liberdade, rodeando de garantias solidas e effcazes os direitos do cidadão, para que possa ser uma realidade a manifestação da soberania nacional. O compromisso democratico é dos liberaes e não dos conservadores. Demais, o meu intuito agora não é de fazer accusações: estou deduzindo factos em abono da minha proposição—que os partidos

monarchicos têm feito a politica das represalias. Nem um delles tem cogitado das reformas em sentido liberal.

O SR. MAC DOWELL :—V. exc. compulse a historia das nossas instituições e ha de vêr que as reformas mais liberaes são devidas aos conservadores. (*Ha outros apartes*)

O SR. CAMPOS SALLES :—Sr. presidente, eu dizia que, em opposição a esta politica de represalias e de exclusão, o partido republicano tem preferido a politica da tolerancia e da acceitação. Nesta sua politica o partido republicano combate os abusos onde quer que os encontre; e, por outro lado, acceita a medida de liberdade e de progresso, venha d'onde vier: pouco importa que seja liberal ou conservadora a origem de que precede a medida. O nosso dever é acceita-la e combater por ella, prestando-lhe a cooperação do nosso apoio para que possa triumphar.

Portanto, sr. presidente, toda a vez que se tratar de determinar qual a posição do partido republicano em frente de cada um dos partidos monarchicos, será necessario antes de tudo levantar esta preliminar: qual delles é que nos offerece uma medida de liberdade? qual delles é que nos offerece uma medida de progresso?

Por muito tempo, sr. presidente, os dous partidos monarchicos se differencaram ins-

crevendo em suas respectivas bandeiras as seguintes palavras :—*progresso ou ordem—autoridade ou liberdade* —Mais tarde, reconhecendo que as idéas que exprimiam estas palavras não eram idéas oppostas, mas que, ao contrario, ellas exprimiam principios que se harmonizavam, visto como não póde haver progresso sem ordem, assim como não póde haver liberdade sem autoridade, elles chegaram, segundo parece, a um accôrdo sobre este ponto : ambos os partidos querem a ordem.

O SR. RATISBONA:—E Deus nos livre do contrario ! A propria republica não viveria sem ordem.

O SR. CAMPOS SALLES :—E' o que acabo de dizer.

Resta, portanto, saber qual dos dous partidos é o que quer o progresso, qual delles é o que quer a liberdade.

O SR. RATISBONA :—Eu faço esta justiça aos conservadores : o partido conservador tambem quer o progresso.

O SR. CAMPOS SALLES :—Isto veremos logo; mostrarei que nenhum delles quer o progresso.

Os publicistas, reconhecendo que a sociedade moderna acha-se virtualmente collocada em um periodo de transição, porque tudo cede ao impulso da corrente das idéas demo-

craticas, tem adoptado um distinctivo mais energico, assignalando a existencia de duas unicas politicas—a politica da concessão e a politica da resistencia; a politica que segue, acompanha a corrente das idéas, e a politica que se oppõe, resiste a essa corrente.

Abandonando, por minha vez, os velhos caracteristicos e prevalecendo-me destes, porque são os mais frisantes, eu perguntarei: entre os dous partidos monarchicos, qual delles representa a concessão? qual delles representa a resistencia?

Para sabel-o, sr. presidente, seria indispensavel que cada um delles tivesse uma bandeira politica, um corpo de doutrinas, um plano de reformas; emfim que uma linha existisse entre ambos, uma linha bem saliente, bem visivel, separando-os em dous campos oppostos. Mas eu não vejo senão a confusão, não vejo senão a perturbação dos limites.

Sr. presidente, este estado de confusão, este estado de perturbação tem sido confessado pelos proprios chefes de ambos os partidos monarchicos. Querendo deixar de lado a minha opinião individual para acolher-me á sombra dessas autoridades, vou citar algumas dessas opiniões.

O sr. Paulino de Souza, membro proeminentemente do illustre triumvirato que dirige o

partido conservador, na sua circular politica de 1881, diz o seguinte (*lê*):

« A singularidade de serem em nosso paiz os liberaes que tomam a si a realisação de idéas conservadoras, ao passo que os conservadores se têm, por seu turno, encarregado de mais de uma reforma liberal, collocou-me por vezes, para não faltar á fé politica, em posições logicas, é certo, porém difficéis... me achei no embaraço de negar o apoio a amigos e de não poder combater a adversarios... Não se dando hoje notaveis divergencias de opiniões, são as mais das vezes interesses menos confessaveis que mantêm o encarnicamento das antigas lutas, sem as paixões vanas e sem os nobres incentivos daquellas épocas. »

A opinião, portanto, de um dos chefes legitimos do partido conservador confirma este estado de confusão, de perturbação e da anarchia de idéas entre os dous partidos monarchicos. (*Não apoiados da bancada conservadora.*)

Por outro lado, o sr. Martinho Campos, quando representava genuina e legitimamente o partido liberal porque era presidente do conselho do gabinete de 21 de Janeiro, fez perante o parlamento esta declaração—que tinha sido vereador e juiz de paz da roça por mais de 20 annos; que achou

falta de muita cousa, mas não de attribuições.

O SR. RATISBONA :—E tinha razão.

O SR. CAMPOS SALLES :—O mesmo quanto aos poderes provinciaes :—nunca achou falta nas attribuições das assembléas provinciaes ; ao contrario, sempre as considerou latissimas.

UM SR. DEPUTADO :—O que havia era falta de dinheiro. (*Apoiados, e outros apartes.*)

O SR. CAMPOS SALLES :—Foi por isto, sr. presidente, que o paiz presenciou o facto excepcional de entrar um gabinete por esta Camara, recebido entre os applausos de ambos os lados politicos.

VOZES :—Não houve applausos.

O SR. CAMPOS SALLES :—Em uma época como aquella, que deveria ser de profunda agitação politica, porquanto era aquella a primeira Camara que se constituia depois da reforma eleitoral, reforma que, segundo a declaração dos nobres deputados que representam o partido liberal, seria o inicio de todas as outras reformas do seu programma ; em uma época como aquella, repito, que deveria ser de profunda agitação politica, viu-se entretanto que os dous partidos aqui se ligavam por um abraço fraternal, como que fechando o periodo dos combates politicos. (*Apartes.*)

Viu o paiz esta scena extremamente edificante. O sr. Martinho Campos, o batalhador de todos os tempos, o representante, segundo a crença da época, das idéas liberaes, chegar aqui e ser recebido entre os applausos e bençãos de liberaes e conservadores, precisamente porque trazia em funeral a bandeira da reforma !

O SR. FELICIO DOS SANTOS :—Porque é um homem de bem.

O SR. DIOGO DE VASCONCELLOS :—Fallou a verdade. (*Trocam se muitos apartes.*)

O SR. CAMPOS SALLES :—Sr. presidente, lamento profundamente o estado de abatimento e prostração moral a que já chegou este paiz, ao ponto de se considerar como unica qualidade para o cidadão que deve dirigir os seus destinos, a de homem de bem.

O SR. RATISBONA :—Além dessa elle reune outras. (*Ha outros apartes ; o sr. presidente reëlama attenção.*)

O SR. CAMPOS SALLES :—A qualidade de homem de bem, sr. presidente, vale muito, porque nas sociedades moralizadas vale muito a honra ; mas os homens publicos, os estadistas necessitam de outras qualidades além desta de homem de bem. (*Apoiados.*) Si esta bastasse, por honra nossa devemos convir que não faltariam estadistas no nosso paiz. (*Apoiados.*)

O SR. FELICIO DOS SANTOS :— Nas circumstancias do paiz, á vista do seu estado financeiro, essa era a primeira. (*Apoiados e outros apartes.*)

O SR. CAMPOS SALLES :— Pois então o estado financeiro de um paiz obriga os seus estadistas e o parlamento a fecharem as portas a todas as reformas sociaes e politicas ? Ao contrario ; parece-me que quando as difficuldades se accumulam pela gravidade de uma crise, maior é a necessidade de uma observação profunda, de um ponto de vista mais amplo, mais geral, que possa abranger o estudo e o exame das causas, que em sua complexidade concorrem para o depauperamento do organismo do corpo social. E' esse exactamente o momento das grandes reformas. Mas para uma obra tão grande, não basta para o estadista que tiver de realisala a simples qualidade de homem de bem. E' indispensavel que elle possua a estatura que a gravidade da situação exigir. (*Apoiados, cruzam-se muitos apartes e o sr. presidente pede attenção para o orador.*)

Volto a tomar o assumpto de que me occupava e do qual fui desviado pelos apartes.

A camara que se seguiu á reforma eleitoral, que devia votar todas as medidas complementares, garantidoras da liberdade politica, essa camara inutilisou-se, condemnou-

se á inercia, porque o presidente do conselho do gabinete de 21 de Janeiro veio declarar que o paiz não precisava de reformas e que, portanto, não trazia s. exc. um programma politico ; o seu programma era simplesmente de administração. Foi por isso que o partido conservador o apoiou.

E' preciso que não esqueçamos os precedentes. Quando se tratava de fazer a reforma eleitoral, dizia-se que essa era a idéa—mãe, era o ponto de partida para todas as outras reformas ; que era preciso reorganizar-se o paiz politica e socialmente : e entretanto depois de ter levantado esta expectativa, depois de ter assim feito avultar a esperança do paiz, o primeiro governo que se organiza e que apresenta-se á primeira Camara, a primogenita da eleição directa, diz— nós não temos reformas, não temos necessidade de politica ; este paiz está perfeitamente organizado ; só temos necessidade de administração, de politica de homens de bem.

O SR. ALVES DE ARAUJO :—Elle pedia os orçamentos, o que era urgente ; apresentou um programma de sessão, para em seguida tratar de reformas.

O SR. CAMPOS SALLES :—Os nobres deputados têm me afastado do meu intuito e eu peço que me permittam voltar a tratar da materia de que me occupava.

Diante por tanto destes factos e destes testemunhos é incontestavel o estado de confusão e anarchia politica neste paiz. Entre os partidos monarchicos não ha linha divisoria, não ha principios, não ha plano de reformas collocando um em opposição a outro.

Sr. presidente, o grande publicista lord Macaulay querendo pintar uma situação identica dos partidos de Inglaterra, serviu-se desta passagem do Inferno de Dante :

Travara-se uma luta estranha entre um ser de forma humana e uma serpente. Depois de um combate encarniçado, os contendores afastaram-se e ficaram por algum tempo a se observar, immoveis e ferozes. De repente uma grande nuvem os envolveu e então começou uma milagrosa metamorphose. Cada um dos dous se transformou na imagem do seu adversario. A cauda da serpente dividiu-se em duas pernas de as pernas do homem enlaçaram-se, formando uma cauda. Dous braços sahiram do corpo da serpente, os braços do homem perderam-se em seu corpo.

A serpente levantou-se transformada em homem e começou a fallar, e o homem transformado em serpente cahiu e começou a silvar.

Eis, diz o publicista, o estado a que chegaram os partidos no reinado de Jorge I. Cada um transformou-se na imagem de seu

adversario. O Tory fez-se reformador e o Whig fez-se conservador.

Mas Spencer fazendo a mesma observação, quanto á actualidade, descobre o estado de confusão naquelles partidos, não porque o partido mais atrasado tenha avançado para tomar a bandeira ao mais adiantado; mas porque ambos se collocaram em um ponto de vista inferior ás exigencias da sociedade moderna. No seu afan de regulamentar, oppondo restricções á espontaneidade individual, vieram a se collocar ambos em opposição aos verdadeiros principios de liberdade.

Eis o phenomeno que se observa na confusão dos nossos partidos. Estabeleceu-se essa confusão, não porque um avançasse para tomar a bandeira ao mais adiantado. Não; foi porque ambos se condemnaram á immobibilidade, ambos pararam tanto que ficaram muito aquem das aspirações democraticas da nação. (*Apoidos, contestações.*)

Para prova disso basta olhar para o typo das reformas que se tem feito depois das que surgiram da revolução de 1831; e é para este ponto que chamo a attenção do nobre deputado pelo 17º districto de Minas. Basta olhar para o typo dessas reformas, para ver-se que todas ellas têm sido calcadas sobre os moldes do mais puro conservatorismo, na

expressão do nobre presidente do conselho.  
(*Apoiados e não apoiados.*)

O SR. MAC-DOWELL :—Quer v. exc. um exemplo do contrario ?

Tem a reforma judiciaria que nos deixou sem policia. V. exc. não me apresenta um paiz por mais democratico que seja que tenha uma policia mais desorganizada do que a nossa.

O SR. CAMPOS SALLES :—Quando fôr occasião opportuna hei de mostrar ao nobre deputado que não existe nada tão incompleto e tão imperfeito como essa reforma.

Mas sr. presidente, na ausencia de uma característica permanente, pela qual possamos, no dominio dos factos e das idéas, e em um momento dado, conhecer qual dos dous partidos é o que representa o principio de liberdade e o principio do progresso ; na ausencia dessa característica, repito, nós os republicanos temos sido forçados a esperar os acontecimentos para definir a nossa posição em frente dos monarchicos.

Temos um exemplo da actualidade para justificar a minha proposição na questão do elemento servil. Quando o ministerio 3 de Junho concretizou o seu pensamento no projecto de emancipação dos escravos, viu-se clara e francamente de que lado estava a politica da concessão e de que lado estava

a politica da resistencia. Não hesitámos; viu a Camara, viu o paiz que tomámos resolutamente a nossa posição ao lado da politica abolicionista, que era a politica da concessão. E neste ponto eu devo levantar uma accusação que se tem feito contra essa conducta dos republicanos nesta Camara. Tem-se dito que desde o momento em que era sabido que essa reforma tinha sido elaborada em S. Christovam, que ella tinha sido dictada pelo ministerio, não pelo parlamento do paiz, mas pelo chefe do Estado, razão era essa sufficiente para que os republicanos lha devessem negar todo o seu apoio; pois não póde haver, dizem os censores, um momento sequer de solidariedade entre os representantes republicanos e o representante genuino da monarchia. Mas, sr. presidente, não comprehendo que devesse ser outra a nossa conducta, porque, deixem-me dizer com toda a franqueza, si a monarchia vier pedir aos republicanos uma arma para o seu suicidio acaso devemos negar-lh'a?

Ha momentos em que o proprio despotismo julga necessario transigir com o liberalismo. A historia está cheia de exemplos desta ordem. O proprio Napoleao III, quando ainda julgava inabalavel o seu throno, deixou escapar de suas mãos as liberdades

que havia confiscado, e os republicanos da França não deixaram de reivindicá-las.

Por mais que medite não vejo a procedencia de taes censuras. Ao contrario, não creio que pudessemos adoptar outro comportamento mais de harmonia com a indole e com as condições do nosso partido.

Sr. presidente, esta foi a conducta seguida pela legendaria opposição dos 5, na Camara de Napoleão III.

O SR. RATISBONA :— Lá combatiam o cesarismo.

O SR. CAMPOS SALLES :— Aceitaram as propostas de algumas reformas que traziam certo progresso no sentido da liberdade. Os republicanos votavam francamente por ellas.

O SR. FELICIO DOS SANTOS :— Essê apoio era logeo.

O SR. CAMPOS SALLES :— Mas a questão do elemento servil, por ser das mais importantes, porque a sua urgencia é incontestavel, nem por isso é a unica que deve preoccupar o espirito dos nossos estadistas. (*Apoiados.*) E' preciso, como disse, olhar de mais alto, abranger horisontes mais vastos, olhar para o estado geral de nosso organismo, de nossa estructura politica. (*Apoiados.*)

O SR. ANDRADE FIGUEIRA :— De nossa administração sobre tudo.

O SR. CAMPOS SALLES :— Entretanto. sr.

presidente, são decorridos mais de sete annos de uma situação que, se diz liberal, e continuamos a ver com todo o rigor do seu estado primitivo, essa organização centralisadora, que opprime todas as forças locais, affectando grayemente a autonomia e liberdade do cidadão.

Abordo esta questão exactamente porque desejo que o partido liberal, representado nesta Camara e representado no governo, declare francamente ao paiz quaes são os seus intuitos a respeito.

Foi a grande questão pela qual trabalharam os liberaes no campo da revolução; e eu pergunto: aquillo que julgaram opportuno e proveitoso em 1831 deixou de ser proveitoso e opportuno cincoenta e tantos annos depois?

E' preciso que o partido liberal declare quaes são os seus intuitos, em relação ás provincias e ao poder municipal.

A este respeito, sr. presidente, eu tenho o maior prazer em abrir uma excepção honrosa para o illustre ministro do imperio do gabinete de 24 de Maio, o digno representante do 4º districto do Rio-Grande do Sul.

O SR. PRUDENTE DE MORAES:— Apoiado.

O SR. CAMPOS SALLES:— S. exc., de espirito democratico e adiantado, sentiu-se a contragosto, comprimido entre esses moldes

acanhados do consertorismo da actualidade. S. exc. foi o unico, nesta situação, que, rompendo esses moldes, fez uma tentativa resoluta e séria, porque apresentou um projecto de reforma no sentido de reconstruir as municipalidades, restituindo-lhes a vitalidade de que tanto necessitam.

E' certo que este projecto não é tão amplo que possa satisfazer todas as aspirações democraticas ; mas pedirei a s. exc. que force seus amigos a trazerem este projecto para o debate, porque no debate se ha de apurar alguma cousa em beneficio das municipalidades, das quaes se tem tudo confiscado.

O SR. PRUDENTE DE MORAES :—Foi um ministro verdadeiramente liberal.

UM SR. DEPUTADO :—Então já confessa que póde haver disposição de cumprir as idéas liberaes.

O SR. PRUDENTE DE MORAES :—E' excepção unica.

O SR. CAMPOS SALLES :—Não vamos ao ponto de negar que haja homens verdadeiramente liberaes ; mas a collectividade que se chama partido liberal não executa os principios da sua escola.

Ouçõ dizer, sr. presidente, com um patriotismo cuja sinceridade eu peço licença para pôr em duvida, qué a descentralisação será o desmembramento. Direi ao contrario : a des-

centralisação será a unidade nacional. (*Apoiados.*)

E' preciso, sr. presidente, que ao menos na posição de legisladores deixemos os sophismas da chicana politica, e fallemos com toda a franqueza e lealdade ao paiz. Em um paiz como este, de tão vasta extensão territorial, quando são tão diversas as condições das provincias, quando, por assim dizer, cada uma dellas tem sua aspiração, porque cada uma vive de recursos e em condições peculiares, onde, digamos com franqueza, não ha cohesão das provincias, porque para isto falta o indispensavel accôrdo dos elementos; em um paiz como este, só um regimen amplo, generoso, de equidade e de justiça poderá fazer nascer e desenvolver o sentimento da união.

O SR. PRUDENTE DE MORAES:—Apoiado.

O SR. CAMPOS SALLES:—Mas a centralisação, tal como se acha constituida em nosso paiz, é absolutamente incompativel com esse regimen de equidade e de justiça.

E repetirei ainda agora uma verdade muito comesinha, mas que serve para e clarecer o meu pensamento.

O corpo social é como o corpo animal. tem orgams, cada orgam tem uma função; supprimi esses orgams ou embarça a cada um

a funcção que lhe é propria, e o corpo necessariamente perecerá.

Assim o que garante a unidade nacional não é por certo a concentração de poderes para a formação de um poder absoluto, que absorva e avassalle todas as outras forças nacionaes.

Não ; o que garante a unidade nacional, ao contrario, é a cooperação livre e espontanea de cada uma d'essas forças, dentro da sua esphera de acção, para o fim commum, que é o desenvolvimento da vida nacional no seu maximo de intensidade. N'essa cooperação para o fim commum, que estabelece a solidariedade dos interesses geraes, é que está a garantia da união.

Mas, em lugar d'esse systema, si se prefere a formação do poder absoluto, cujas tendencias são de absorpção, é claro e manifesto que em vez da harmonia apparece o antagonismo dos interesses ; entra a perturbação no organismo, trava-se a lucta, os órgãos não funcionam regularmente, porque ha um que ataca e outro que se defende. Então surge imperioso o sentimento da separação como uma necessidade suprema, porque é uma condição de vida.

E' o que se tem dado em nosso paiz. Algumas provincias começam a inquietar-se com a situação em que se acham...

O SR. ANDRADE FIGUEIRA: — Não têm razão; o Acto Adicional satisfaz perfeitamente.

O SR. CAMPOS SALLES: — ...já começam a comprehender que o poder central é um obstaculo opposto á sua marcha de prosperidade, e é d'ahi que começa a surgir o sentimento de separação.

O SR. ANDRADE FIGUEIRA: — As provincias não têm meios de executar o Acto Adicional: executem-n'o, e estara satisfeita a sua aspiração. É uma carta de liberdade muito ampla.

O SR. CAMPOS SALLES: — Penso, sr. presidente, que este é o ponto de partida para todas as outras reformas: que não se fará uma reforma politica efficaz, capaz de produzir todos os seus effeitos, enquanto não se atacar a propria fonte do mal, que é o regimen centralizador. Temos ja exemplo.

A reforma electoral era aqui apresentada como a grande panacea que devia curar todos os males que affligiam esta nação. Já se começa entretanto a dizer que essa reforma não tem produzido todos os effeitos que della se esperava na epoca da propaganda.

De facto, ella não tem produzido esses effeitos e jámais os produzira. Mas porque, qual é a causa?

A causa, sr. presidente, não está na econo-

mia ou no regimen de-sa lei; não está tão pouco no seu systema, apezar della conter lacunas graves e grandes imperfeições, a causa principal está no methodo, no modo porque neste paiz se fazem as reformas. Dir-se-hia que ellas são propositalmente feitas de um modo incompleto, isoladas, sem as medidas que com ellas se relacionam, sem os seus complementos, para depois se poder dizer que essas reformas não têm produzido na applicação pratica todos os beneficios que se esperavam no periodo da propagação.

E' por esse modo que se tem em visto chegar a dizer em presença de taes resultados negativos, que o paiz não possui preparo sufficiente para receber uma reforma liberal.

E' assim, sr. presidente, que attribue-se á incapacidade do povo aquillo que não é devido senão á incapacidade ou á deslealdade dos legisladores.

O SR. PRUDENTE DE MORAES :— Apoiado.

O SR. CAMPOS SALLES :— Um publicista, referindo-se a este systema de reformar, disse que as meias reformas, as reformas incompletas, creando uma situação hybrida, equivoca, insustentavel e até perigosa, e nada adiantando no sentido da liberdade, servem entretanto para embaraçar as reformas definitivas, as reformas completas. E' este o meio pelo qual os governos despoticos con-

seguem embaraçar as espirações democráticas dos povos. Eis o que nos aconteceu : fizemos a reforma eleitoral, deixando entretanto o governo central armado dos velhos aparelhos com que elle comprimia o voto, e quer-se que esta reforma produza todos os effeitos.

Sr. presidente, em 1873, Tavares Bastos, organizando um plano de reforma eleitoral, com o seu grande talento, com o seu extraordinario bom senso, com a sua profunda observação prática, ponderou que uma reforma eleitoral por si só, por mais completa e previdente que fosse, não seria sufficiente para garantir a liberdade do voto. O primeiro parlamento que se seguisse a essa reforma dovia votar os seus complementos, e, entre esses complementos, disse elle, impoem-se como capitaes, a nova organização da justiça, restituindo a independencia á magistratura, e uma descentralisação administrativa, garantindo sobre bazes solidas e seguras o desenvolvimento das forças locais.

Sr. presidente, já esgotou-se uma legislatura, a primogenita da eleição directa, e não se votou uma só reforma, não se votou um só dos complementos da reforma eleitoral.

O SR. ANDRADE FIGUEIRA : — Não era ne-

cessario. O Acto Addicional é uma lei des-centralisadora ; executem-n'a.

O SR. CAMPOS SALLES: — Sr. presidente, quando a justiça, a policia, o funcionalismo a administração, emfim, tudo se acha concentrado nas mãos do governo central, é ou não verdade que pôde-se ainda hoje levantar com a mesma applicação, com a mesma justeza, a famosa sorites do senador Nabuco, o vigoroso raciocinio com que aquelle illustre patriota estygmatizou a influencia do poder pessoal, apoiado sobre a centralisação do paiz ?

Disse o senador Nabuco: O poder moderador pôde chamar a quem quizer para organizar ministerios ; esta pessoa faz a eleição, porque pôde fazel-a ; esta eleição faz a maioria.

Vou mostrar, sr. presidente, como os mesmos principios podem ser applicadòs ainda hoje para as mesmas conclusões.

A justiça, tal como se acha actualmente constituida no nosso paiz, não é mais do que um prolongamento do executivo. O magistrado depende do governo para ser nomeado, para ser reconduzido, para ser removido. Assim, se desde a sua nomeação depende o magistrado do governo, é certo tambem que elle precisa ser agradavel ao mesmo governo, para poder obter accessos, e precisa, pelo

menos, não ser-lhe desagradavel, para não soffrer as atrozes perseguições de que muitas vezes são victimas.

Colocado assim o magistrado nesta relação de completa dependencia para com o governo geral, entretanto a lei eleitoral o investiu das mais amplas attribuições. E' assim que compete ao magistrado fazer o alistamento dos eleitores, baze principal de todo o movimento eleitoral: é no alistamento que os partidos preparam a victoria ou a derrota das urnas.

Além disto, o magistrado ainda preside ás juntas apuradoras, onde tem voto decisivo: e nós sabemos, por experiencia propria, ainda agora confirmada quando se tratou de verificar os poderes dos actuaes deputados, quanto esta attribuição pôde influir nos resultados eleitoraes. As juntas apuradoras podem organizar, se o quizerem e se combinarem para isso um plano, uma maioria occasional nesta casa, que mais tarde, se poderá converter em maioria definitiva.

O SR. DUARTE DE AZEVEDO: — Mas onde está o remedio?

O SR. CAMPOS SALLES: — Eis ahí o remedio está exactamente em uma nova constituição de poder judicial.

O SR. PADUA FLEURY: — A ultima lei-

ção provou o contrario do que v. ex. está dizendo.

O SR. CAMPOS SALLES: — Perdoe-me; não provou o contrario.

O SR. PADUA FLEURY dá outro aparte.

O SR. CAMPOS SALLES: — Um exemplo não basta; chegarei a este ponto.

Accresce a isto, sr. presidente, a influencia que pôde exercer o magistrado na circumscripção territorial da sua jurisdição, onde todos os interesses, desde os mais insignificantes até os mais importantes, estão sujeitos á sua decisão, ao seu julgamento.

Combinem-se todos esses elementos, e eu pergunto: é ou não verdade que a magistratura ainda pode ser convertida em uma poderosissima arma de compressão nas mãos do governo geral?

Por outro lado a policia. O presidente de provincia e o chefe de policia organisam o exercito policial a vontade é descripcionariamente. São delegados do governo central; o que quer dizer que na provincia representam a sua politica, representam os seus interesses. Representam até as suas paixões. Por consequencia esses funcionarios, em momento opportuno, hão de fazer mover esse machinismo, que está entregue á sua direcção, de accôrdo com os interesses e as paixões do gabineté de que são delegados.

O SR. ANDRADE FIGUEIRA :—A policia hoje não tem nenhuma influencia em eleições ; está até desarmada.

O SR. CAMPOS SALLES :—Perdoe-me : não está desarmada.

UM SR. DEPUTADO :—Não faz prisões.

O SR. CAMPOS SALLES :—Faz prisões da mesma maneira que outr'ora, apenas com mais uma formalidade ; os proprios liberaes diziam isto quando criticavam a reforma conservadora. Esta força não está desarmada : o machinismo é o mesmo.

O SR. ANDRADE FIGUEIRA :—Lá no Pará e em um ou outro ponto ainda a policia faz alguma cousa ; mas isto mesmo ha de cessar desde que haja magistrados. (*Ha outros apartes.*)

O SR. CAMPOS SALLES :—Os empregados publicos, por outro lado, ou são geraes, e neste caso estão na dependencia directa do governo central ; ou são provinciaes, e neste caso estão na dependencia directa dos presidentes de provincia, que por sua vez são delegados do governo geral.

O SR. SATYRO DIAS :—Os empregados publicos, em geral, votam com muita independencia. (*Apoiados e outros apartes.*)

O SR. CAMPOS SALLES :—Os nobres deputados estão se referindo a eleições agora feitas ; e eu estou fazendo a critica da lei como ella

póde ser executada por um governo qual-  
quer.

Não estou dizendo que nestas eleições ul-  
timamente feitas empregaram-se estes re-  
cursos.

O SR. EUFRASIO CORREIA:—Empregaram-  
se, póde affirmar. (Não apoiados e outros  
apartes.)

O SR. CAMPOS SALLES:—O meu pensamento  
é este.

Não estou apreciando os factos, estou fa-  
zendo a critica da nossa organização eleito-  
ral, estou mostrando que, tal como se acha  
actualmente, ella ainda se presta a muitos  
abusos, ás violencias e corrupções.

Assim, sr presidente, desde que o mecha-  
nismo é o mesmo, desde que esses appare-  
lhos existem inteiros, porque não foi quebra-  
da uma só das suas molas, é claro, é eviden-  
te que o governo, hoje como outr'ora, póde  
transmittir a sua vontade ás assembléas elei-  
toraes das parochias mais remotas do imper-  
rio, por essa mesma cadeia ininterrompida,  
constituída pela centralisação e por ella man-  
tida até hoje.

O nobre presidente do conselho, referindo-  
se á sua reforma, disse que é possível ainda  
haver abuso, mas somente quando quizerem  
os partidos, quando elles estiverem tão cor-  
rompidos que desçam á pratica desses abusos.

Mas eu não posso deixar de ponderar que é exactamente para evitar as más tendencias dos governos para o abuso que a lei deve ser cautelosa e previdente ; porque o povo não se satisfaz com uma liberdade que lhe é concedida pela benevolencia ou boa indole de um estadista ou de um soberano ; o que quer o povo é a liberdade de que possa gozar effizamente, a despeito dessa benevolencia e até contra a vontade de qualquer governo. (*Apartes.*)

E eu appello para a primeira experiencia definitiva que tiver de soffrer a reforma no paiz. Ainda não tivemos uma mudança de situação, ainda não chegou portanto a hora suprema da ultima prova, das reacções, das represalias.

O SR. PRUDENTE DE MORAES : — Apoiado.

O SR. CAMPOS SALLES : — Esperemos esta hora, ella dará a ultima prova do que vale esta lei eleitoral.

O SR. PADUA ELEURY : — Esperemos. V. exc. o julgará. (*Apoiados e trocam-se muitos apartes e o sr. presidente reclama attenção.*)

O SR. CAMPOS SALLES : — Outro producto da centralisação é a decadencia do parlamento.

E' uma verdade esta que contrista, porqua offende o nosso amor proprio, mas é uma verdade que deve ser proferida em toda a parte, principalmente neste recinto.

Póde-se dizer que o parlamento já não delibera, porque elle se limita agora a executar as ordens que lhe dão (*não apoiados*); o parlamento já não tem a sua autoridade, o seu prestigio, porque essa autoridade e prestigio estão sendo sequestrados pelo unico poder deste paiz—o poder irresponsavel.

A Camara, que no nosso systema de flocões é considerada a representação immediata da nação, não tem independencia. (*Contestações.*) E não tem porque?

O SR. ILDEPONSO DE ARAUJO:—Vamos ouvir a razão.

O SR. SARAIYA (*presidente do conselho*):—Não tem independencia, e derruba governos annualmente?

O SR. CAMPOS SALLES:—Porque o deputado, e peço licença para dizel-o com toda a liberdade, ha muito tempo que deixou de ser o representante dos grandes interesses collectivos da nação para se tornar o representante dos interesses da sua clientella politica. (*Ha diversos apertes.*)

O SR. DIOGO DE VASCONCELOS:—Peço a palavra.

O SR. CAMPOS SALLES:—Por esta forma o bem publico está substituido pelo interesse individual. O deputado vem para aqui affectado de uma terrivel doença moral que é —a preocupação eleitoral. No dia em que o

deputado toma assento nesta casa, começa a pensar na sua reeleição, e a cogitar nos meios de garantil-a. Mas por que modo ha de elle garantil-a? Tratando dos negocios e interesses de seus committentes, que nem sempre são os interesses legitimos do paiz. Vv. excs. sabem melhor do que eu o que querem as influencias das localidades. Ellas querem commendas, titulos, patentes da guarda nacional e empregos publicos. Mas quem é quem possui o cofre que contém essas moedas preciosas com que se compram as dedicações partidarias? E' o governo. E, se é o governo quem possui tudo isto, como pôde-se exigir do deputado que elle seja altivo, nobre e digno diante do ministro, se elle depende tanto do ministro? Foi por isto que esta Camara já ouviu qualificativos injuriosos como estes: *deputados de enchurrada, confraria de pedintes, Camara dos servis* (Apartes e *protestos.*

Eu peço licença á Camara para ler a pagina de um livro que parece ter sido escripto para este paiz (le).

«O interesse individual e sobretudo a ambição de ser empregado publico, ou de melhorar de emprego, ou de conservar o que se tem, se é de sua natureza precario e amovivel, ou o desejo de empregar os filhos e parentes, entram por muito no recrutamento dos par-

tidos, nas deserções de um para outro, e no encarniçamento das luctas politicas, com preterição dos principios e das idéas, e servem de materia á mais deploravel corrupção eleitoral. Assenta-se praça em um partido, ou deserta-se para o campo adverso por causa da nomeação para o logar mais infimo de administração ou de fazenda de um parente ou de um afillhado. Os logares um pouco mais rendosos, quando dependem da livre escolha do governo... são o vello de ouro para cuja conquista se emprehendem os maiores commettimentos politicos... Mancebos sahidos das escolas, com a ambição de uma posição social, e com a indole demasiado positiva e demasiado sceptica, têm-se visto igualmente filiar-se em um partido, não por convicções politicas, não por uma preferencia de opinião ou de doutrina, mas porque naquelle partido lhes parece terem maiores probabilidades de alcançar depressa uma boa posição.»

Parece, como disse, a photographia da politica monarchica do nosso paiz. E' o regimen do favor engendrando por toda a parte o servilismo.

Conta-se, sr. presidente, que em 1787, quando já se começavam a sentir os movimentos dessa profunda commoção social que abalou o mundo inteiro no fim do seculo pas-

sado, conta-se, digo, que nessa época appareceu em Paris uma caricatura com o título — *Assembléa dos Notaveis*. Esta assembléa, como é sabido, composta de membros designados pelo rei, tinha por missão dar ao rei sómente aquelles conselhos que elle queria que se lhe desse.

A caricatura representava o seguinte: Calonne, o celebre ministro de Luiz XVI, vestido de cozinheiro e com o competente facão em punho, dirigia-se a um bando de aves figurando os *Notaveis*, e dizia-lhes: «Meus caros administrados, eu vos tenho aqui reunido para saber com que môlho quereis ser comidos.» Os *Notaveis* responderam: «Mas nós não queremos absolutamente ser comidos.» (*Riso.*) Ao que Calonne replicou: «Perdão; vós fugis da questão.» Eis aqui, senhores, mais ou menos a que temos sido reduzidos; um bando de aves esperando que os cozinheiros do rei venham dizer-nos com que môlho queremos ser comidos (*Risadas.*)

Visto que me estou occupando da politica dos empregos publicos, peço licença para fazer uma ligeira referencia a um discurso do illustrado senador pela provincia do Rio Grande do Sul, o sr. Silveira Martins. Sei que isto não está inteiramente de accordo com as nossas praticas; mas eu peço a v. exc. que me permitta esta ligeira infracção.

O honrado senador, no discurso que alludo e que tive o prazer de ouvir, declarou que ha na sua provincia republicanos que occupam empregos publicos. Mas o que pretendeu o honrado senador com esta declaração? Queria acaso negar aos republicanos o direito de exercerem cargos publicos? Não, por certo. S. exc. tem bastante talento e bastante criterio para não desconhecer que os empregos não pertencem á monarchia, mas á nação; que os funcionarios seryem o Estado e não o governo, qualquer que elle seja.

E esta é a doutrina sustentada pelo proprio senador a que me refiro, conforme se vé do seguinte topico de um seu discurso, proferido nesta Camara em 1877,

Disse s. exc. (lê):

«Um empregado publico qualquer tem o direito de votar, fallar e escrever contra o governo, contanto que não prejudique o exercicio de suas funcções. O salario que recebe do thesouro não é um presente, é recompensa dos serviços prestados: não é o governo que lhe paga, é a nação que se compõe de contribuintes filiados a todas as opiniões.»

Eis aqui a opinião do nobre senador em 1877.

Como se vê, não exceptuou os republicanos, porque a. exc. referia-se a todas as opiniões, sem excepção. E da mesma forma eu entendo que para a escolha dos funcionarios publicos não ha outro criterio senão aquelle que consiste nas aptidões e capacidade dos que querem servir os empregos. Eu abro entretanto uma unica excepção a esta regra : é quanto aos empregos de confiança politica. Mas pergunto : será a estes empregos de confiança politica que se refere o nobre senador pela provincia do Rio Grande do Sul ? Não pôde ser ; e não pôde ser, porque os republicanos, que esquecem as leis do decoro e da honestidade, os republicanos que suffocam todos os nobres estimulos da honra para irem servir a monarchia nos logares de confiança, desde o mais modesto até ao alto cargo de ministro de Estado, esses não são mais republicanos, são corrompidos ; não pertencem mais a estas fileiras, devem ser procurados e encontrados lá nas fileiras dos corruptores (*muito bem, apartes.*)

O SR. DIOGO DE VASCONCELLOS :—Para cá nós não os queremos. (*Ha outros apartes.*)

O SR. CAMPOS SALLES :—Mas, se não era este o pensamento com que o nobre senador fazia esta declaração, qual era o seu intuito. Seria para fazer uma censura ? Mas censura

por que, se não podem incorrer em sensura aquelles que exercem um direito legítimo e como tal reconhecido por s' exc. ?

Seria para pôr em prova a firmeza e a convicção dos republicanos de sua heroica provincia ?

Conteria acaso uma ameaça a sua declaração ?

Mas se a abnegação, se a renuncia dos empregos e a coragem de procurar a subsistencia no trabalho honrado e honesto, fora das repartições publicas, já deixou de ser neste paiz um simples dever, para ser considerada um acto de heroismo, então eu peço licença para declarar que o partido republicano é um partido de heroes : porque aquelles que se acolhem a esta bandeira sabem muito bem que estão condemnados, até pelos falsos apóstolos da liberdade, a serem estrangeiros no seio da sua propria Patria ! (*Não apoiados e apartes.*)

Elles sabem que estão em um posto de sacrificios. (*Continuam os apartes.*)

O SR. ANDRADE FIGUEIRA :—E' a vantagem da nossa fórma de governo.

O SR. CAMPOS SALLES : Se eu não tivesse, sr. presidente, outros elementos para julgar do desenvolvimento e da prosperidade do partido republicano da heroica provincia do Rio Grande do Sul, se eu não tivesse a sua

brilhante imprensa, nem os seus notaveis livros de propaganda, para conhecer os grandes talentos que estão alli ao serviço da causa democratica ; se eu não tivesse os seus heroicos combates politicos para vêr na sua poderosa disciplina o cunho de uma direcção intelligente e activa, se eu não possuísse nenhum desses elementos, bastaria a attitude do nobre senador, para acreditar que naquella porção do imperio a propaganda republicana caminha rapidamente, fazendo brilhantes conquistas !

O SR. PRUDENTE DE MORAES :—Apoiado ; não precisa mais outra prova.

O SR. CAMPOS SALLES :—O nobre senador, com o seu grande talento, com o seu espirito ativo e energico, com aquella coragem indomavel que nunca esmoreceu nos grandes combates politicos em que se ha empenhado, não viria para o Senado fazer de ganso do Capitolio, dando o grito de alarma para despertar as hostes monarchicas, se não visse no joven e denodado partido republicano de sua provincia os fundamentos de um exercito fadado para a victoria !

O SR. DIOGO DE VASCONCELLOS dá um aparte.

O SR. CAMPOS SALLES :—Limite-se o nobre deputado a pensar na mensagem a Victor Hugo, e deixe-me continuar. (Hilaridade.)

O SR. PRESIDENTE (*fazendo soar os tympanos*): — Attenção.

O SR. DIOGO DE VASCONCELLOS: — Hei de pensar como quizer; até sobre v. exc., quanto mais sobre Victor Hugo.

O SR. CAMPOS SALLES: — Sr. presidente, voltando á materia de que me occupava, devo dizer que não me pareceu exacta e verdadeira a proposição do nobre presidente do conselho, quando referindo-se ao estado precario das nossas finanças, disse que uma de suas causas era a concessão para a construcção de estradas de ferro com onças do Estado.

S. exc. tomou como causa aquillo que não é senão o effeito. A verdadeira causa, ainda eu direi, é a centralisação. O nosso systema economico, como tudo neste paiz, acha-se centralizado; tudo vem para o thesouro, tudo deve sahir do thesouro.

A preocupação eleitoral, de que ha pouco fallei, não é tão modesta que se limite aos titulos honorificos ou aos empregos publicos, mas leva o deputado até ao thesouro. Em algumas provincias, sr. presidente, já se mede a capacidade do deputado pelas sommas que elle levanta do thesouro.

O SR. FELICIO DOS SANTOS: — Apoiado.

O SR. CAMPOS SALLES: — O deputado com a preocupação eleitoral que traz para o parlamento, trata de abrir verbas para melho-

ramentos em sua provincia, sem tratar de saber se a receita comporta mais uma verba de despeza; o que o preoccupa é que para garantir os successos de sua carreira politica, elle precisa obter dinheiro para melhorar os portos da sua provincia, para abertura de canaes, para a construcção de estradas de ferro, para garantia de juros, subvenções e auxilios pecuniarios de toda a sorte para as empresas ainda as mais ruinosas. E' por esse modo que elle procura garantir a sua popularidade na provincia e a sua fortuna politica.

Portanto, se o empenho de s. ex. é sincero, como acredito, se s. ex. quer efectivamente cortar as despesas superfluas e os gastos ruinosos, é necessario olhar de mais longe, é necessario libertar o Estado das provincias, libertando as provincias do Estado. Sem isto, sr. presidente, podé-se atacar os effeitos, mas a causa do mal ha de permãner, e por consequência, os seus resultados hão de ser fatal e necessariamente os mesmos.

Sr. presidente, outro resultado da centralisação em nosso paiz é o enfraquecimento dos partidos. É um facto que hoje todos reconhecem e confessam: os partidos não têm a força de que necessitam para as grandes luctas da politica: pelo contrario,

partidos todos os dias manifestam phenomenos de enfraquecimento

A razão disto ainda é a centralisação, porque na vida dos partidos politicos, na sua direcção e no seu movimento reflectem-se todas as causas da desaggregação, que nascem da diversidade dos interesses representados pelas zonas oppostas do paiz.

Os chefes politicos de um mesmo partido encontram-se muitas vezes em divergencia a respeito de assumptos do mais elevado alcance, a respeito de interesses vitaes do paiz, porque elles representam interesses e aspirações diversas. E' assim que nós sabemos, sr. presidente, que os srs. João Alfredo e Cotegipe nem sempre podem achar-se de accordo com os srs. Paulino de Souza e Andrade Figueira : da mesma maneira, o sr. Dantas nem sempre se achará a gosto ao lado do sr. Martinho Campos.

Temos visto esta divergencia manifestar-se mesmo no seio do parlamento.

Quando aqui se votou a diminuição dos impostos de exportação viu-se a Camara dividir-se em dous grupos oppostos, não pelas suas respectivas bandeiras politicas, não pelos principios que devessem determinar o systema de cada partido sobre as finanças do paiz : viu-se os deputados abandonando

as suas bandeiras e agrupando-se conforme os interesses das zonas que representavam.

O SR. FELICIO DOS SANTOS : — Apoiado ; dividiram-se em assucar e café.

O SR. CAMPOS SALLES : — Ora, sr. presidente, os partidos assim trabalhados pela divergencia, enfraquecem-se e debilitam-se. Desdê logo sentem que falta-lhes força para a lucta. Mas quando tudo no paiz definha, quando tudo se debilita, quando todas as forças se perdem, qual o poder unico que se reanima, e adquire, dia a dia, novos elementos de vida ? E' o poder pessoal, é o poder irresponsavel, é o poder usurpador !

O SR. RATIBONA : — E Deus nos livre que elle perca a sua força constitucional ! ( *Ha outros apartes* )

O SR. CAMPOS SALLES : — Mas convém ponderar, sr. presidente, que neste excesso de poder bem pôde estar o germen da morte. Luiz XVIII, nas suas memorias, tratando de assignalar as causas da revolução franceza, apresentou na primeira linha esta — a ausência de contrapeso á vontade real.

Esta advertencia, sr. presidente, vem de origem insuspeita ; é preciso que os srs. monarchistas reflectam bem nella.

O SR. FELICIO DOS SANTOS : — Apoiado produz até degenerescencia nervosa.

O SR. CAMPOS SALLES : — Mas, sr. presi-

dente, se esta centralisação, opprimindo todas as nossas forças, tem sido um obstaculo permanente, opposto ao nosso progresso e ao nosso desenvolvimento, porque razão não se trata de destruir este mal ?

Eu ouço dizer, até pelos representantes da idéa liberal, que em um paiz monarchico é preciso que suas instituições sejam monarchicas.

Esta formula quer dizer que o regimen da descentralisação na sua maior amplitude, o regimen federativo, é incompativel com o systema monarchico. Mas então tambem hão de chegar a esta conclusão : — si a centralisação é o despotismo e si é neste despotismo que se apoia, para ter existencia e para ter força, o regimen monarchico, é preciso confessar que a monarchia é incompativel com a liberdade. Mas, neste caso, onde está esse apregoado consorcio da monarchia com a democracia ?

Sr. presidente, eu tenho sido demasiadamente longo (não apoiados), mas vou terminar, servindo-me dos mesmos factos historicos com que Thiers fechou o manifesto politico que dirigiu aos eleitores de Pariz em 1877. Recordou o illustre patriota que na França, todas as vezes que um principio uma idéa democratica começava a desenvolver-se, conquistando os espiritos e apode-

rando-se da consciencia nacional, os realistas, os falsos amigos da patria bradavam aterrorisados :—«A França corre perigo, é preciso salva-la, e para salva-la cumpre resistir. Resistamos». Assim foi nos reinados de Carlos X, de Luiz Philippe e de Napoleão III.

No reinado de Carlos X, quiz o povo que o rei nada fizesse sem a vontade da camara, isto é, sem a vontade da nação. Veio a resistencia : a França não pereceu, mas pereceu a realza de Carlos X. (*Apartes*).

No reinado de Luiz Philippe, entendeu o povo que 200 000 eleitores não bastavam para representar uma nação de 36.000.000. Os falsos amigos da patria, os realistas, bradaram de novo : «A França corre perigo : resistamos». Travou-se a luta, veiu a revolução de 1848 que trouxe o suffragio universal. A França não pereceu ainda, mas pereceu o reinado de Luiz Philippe.

Veiu, finalmente, Napoleão III, que de uma só vez confiscou todas as liberdades da França.

Um dia essas liberdades escaparam-lhe das mãos. Os imperialistas, os falsos amigos da patria, bradaram ainda uma vez :—«A França corre perigo. Resistamos». E para salva-la, foram apoiar a resistencia na guerra contra o estrangeiro.

Desta vez a França soffreu muito, mas não pereceu ainda. Travou-se o formidavel combate; cabiu para sempre o despotismo e fundou-se para sempre a republica !

Ahi está a sabia lição da historia. Continuai, srs. da monarchia, a vossa politica da resistencia; ella não fará senão approximar o advento da republica ! *(Muito bem, muito bem ! Nas galerias applaudem o orador, que é cumprimentado por quasi todos os srs. deputados. O sr. presidente observa que as galerias não pôdem dar signaes de approvaçõem de reprovaçõem).*









